Urbanismo em Minas Gerais: Pelas Cidades

Fabio Jose Martins de Lima[1]
Raquel von Randow Portes[2]
Luciane Tasca[3]
Laura Pinton Fonseca[4]
Juliane Nogueira Rodrigues [5]
Maria Júlia de Almeida Costa[6]
Giovanna de Abreu Lima[7]

O artigo aborda a experiência vinculada ao Programa Urbanismo em Minas Gerais da Universidade Federal de Juiz de Fora no apoio técnico aos municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul.[8] Essa abordagem envolve a continuidade

[1] Graduado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Professor do Departamento de Projetos, História e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. CV: http://lattes.cnpq.br/8637271768339853

[2] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2004). Professora do Departamento de Projetos, História e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. CV: http://lattes.cnpq.br/8854598647726463

[3] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1999). Professora do Departamento de Projetos, História e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.. CV: http://lattes.cnpq.br/2962482509545858

[4] Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Academia - UniAcademia (2025) e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2026). Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/9629003724560777

[5] Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/1307719141188689

[6] Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/4489922893496832

[7] Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/4535037872800154

[8] Vale ressaltar que o Programa Urbanismo em Minas se encontra com duas propostas similares, em termos de abordagem, a primeira com o título: “Urbanismo em Minas Gerais: Pelas Cidades, Patrimônio Cultural e Ambiental”, que foi iniciada em 01 de outubro de 2024, com término previsto para 31 de outubro de 2026. Essa proposta foi submetida e aprovada no Edital nº 03/2024 – Projetos de Extensão em Interface com a Pesquisa. A outra proposta aprovada no Edital nº 08/2024 – Demanda Espontânea tem o título: “Urbanismo em Minas Gerais: Pelas Cidades, Patrimônio Cultural e Ambiental nos Municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul” e teve início em 01 de março de 2025, com término em 28 de fevereiro de 2027. Ainda cabe dizer que, o Programa teve aprovada proposta de continuidade com o título: Urbanismo em Minas Gerais: Pelas Cidades, Patrimônio Cultural e Ambiental nos Municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul, no Edital Conjunto PROEX–PROPP nº 04/2026 Edital de apoio a ações de extensão interface com pesquisa, que se encontra em processo de seleção de bolsistas com previsão de início para 01 de novembro de 2026.

dos trabalhos anteriores, através de ações de extensão com interface na pesquisa, na temática da gestão pública municipal, com ênfase para os campos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano e regional. Essas ações têm à frente o Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbanismo em Minas Gerais (Urbanismo.mg). As ações contam com a colaboração do grupo de pesquisa Laboratório da Paisagem (LAPASA), também vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.[9] Os trabalhos permanecem vigentes e envolvem um processo participativo, com reuniões e oficinas de capacitação ministradas nas escolas municipais e estaduais. Essas oficinas e reuniões incluíram leituras comparadas dos instrumentos de gestão municipal vigentes, em relação aos marcos legais nos âmbitos federal e estadual e propostas de projetos urbanísticos. Além disso, foram realizadas reuniões e audiências públicas, além de itinerários e percursos pelos territórios municipais. Na primeira fase, por assim dizer, a partir de 2024, os trabalhos foram desenvolvidos no município de São João Nepomuceno.

O enfoque considera especificamente a rede de cidades polarizadas pelo município de Juiz de Fora, que se localiza na Região Sudeste do estado, na Zona da Mata. De acordo com a divisão territorial definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o município constitui uma Região Geográfica Intermediária, sendo que esta engloba várias regiões geográficas imediatas, dentre as quais a própria Região Geográfica Imediata de Juiz de Fora, com sede no próprio município. Assim, temos incluídas as regiões de Além Paraíba, de Carangola, de Cataguases, de Manhuaçu, de Muriaé, de Ponte Nova, de São

[9] Os núcleos Urbanismo.mg e LAPASA estão vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de. O Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbanismo em Minas Gerais (Urbanismo.mg/FAUUFJF) foi constituído em 2005 e tem desenvolvido trabalhos de pesquisa sobre a formação dos Municípios em Minas Gerais, com ênfase para o Urbanismo e o Planejamento Urbano e Regional, com enfoques sobre a atuação dos urbanistas. Nas frentes do ensino e da extensão tem prestado apoio técnico aos municípios, com oficinas de capacitação, além da elaboração e revisão de instrumentos de gestão municipal. O núcleo tem prestado apoio técnico ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) desde 2016, nos temas relacionados ao patrimônio cultural e ambiental, além de estudos e pareceres sobre parcelamentos urbanos. O núcleo de Pesquisa e Extensão Laboratório da Paisagem (LAPASA) foi criado em 2019 por professores pesquisadores arquitetos e urbanistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFJF), para investigar a dinâmica da paisagem no território. As diversas linhas de pesquisa abordam desde o planejamento urbano e territorial, bem como estudos morfológicos e ambientais, assim como a investigação do patrimônio histórico e cultural nas suas múltiplas dimensões e diversidade. As atividades também se desenvolvem em torno das teorias do processo de projeto no que diz respeito à arquitetura, ao urbano, assim como a paisagem, a cidade e o território.

João Nepomuceno e Bicas e de Ubá.[10] Muitos municípios se inserem nessa vasta extensão territorial, que se caracteriza por cidades com predominância de população inferior a 100.000 habitantes, à exceção da sede, Juiz de Fora, com aproximadamente 567.730 habitantes. Além desta última, os centros mais populosos perfazem Muriaé, onde temos 104.108 habitantes, Ubá com 103.365 habitantes, Manhuaçu com 91.886 habitantes e Viçosa com 76.430 habitantes, conforme o último censo. Essa divisão territorial estudada, de acordo com o IBGE, considerou

> [...] Regiões de Articulação Urbana (que) foram definidas pela agregação de Municípios, assim nenhum deles foi recortado ou avaliado em subunidades internas. De um modo geral, os procedimentos adotados identificaram primeiramente as Regiões Ampliadas, seguindo-se à subdivisão delas em Regiões Intermediárias que posteriormente foram subdivididas em Regiões Imediatas.[...] [11]

---

[10] De acordo com o mapa das Regiões Geográficas Estado de Minas Gerais, do IBGE, a Região Intermediária de Juiz de Fora engloba, além de Juiz de Fora propriamente, os municípios de Andrelândia, Aracitaba, Arantina, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Goianá, Liberdade, Lima Duarte, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Passa Vinte, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Santana do Deserto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Jacutinga, Santos Dumont, Simão Pereira. Além destes municípios se inserem aqueles pertencentes às regiões geográficas imediatas, como a Região Geográfica Imediata de Além Paraíba, com Além Paraíba e Estrela Dalva, Pirapetinga, Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande. Ainda, a Região Geográfica Imediata de Carangola, com Carangola e Caiana, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Orizânia, Pedra Bonita, Pedra Dourada e Tombos. Ainda, a Região Geográfica Imediata de Cataguases, com Cataguases, e Argirita, Astolfo Dutra, Dona Euzébia, Itamarati de Minas, Cataguases, Laranjal, Leopoldina, Palma, Recreio e Santana de Cataguases. A Região Geográfica Imediata de Manhuaçu, com Manhuaçu, Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Lajinha, Luisburgo, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Mutum, Pocrane, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Simonésia e Taparuba. E mais, a Região Geográfica Imediata de Muriaé, com Muriaé e Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Eugenópolis, Fervedouro, Miradouro, Miraí, Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre e Vieiras. A Região Geográfica Imediata de Ponte Nova, com Ponte Nova e Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita e Urucânia. A Região Geográfica Imediata de São João Nepomuceno e Bicas, com os municípios de São João Nepomuceno e Bicas, acrescidos de Descoberto, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Guarará, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Cortes. E ainda a Região Geográfica Imediata de Viçosa, com Viçosa e Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta e Teixeiras. A Região Geográfica Imediata de Ubá, com Ubá e Brás Pires, Divinésia, Dores do Turvo, Guarani, Guidoval, Guiricema, Mercês, Piraúba, Ubá, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins e Visconde do Rio Branco. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

[11] Ver: Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Divisão urbano-regional do Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

O intuito dessa organização implementada em 2017, como mencionado, foi a compreensão territorial do Brasil, com os limites estaduais respeitados e as cidades e a sua região consideradas como pontos de partida para a divisão do território. Desse modo, tivemos uma definição em partes menores, que busca o entendimento da maneira como se relacionam as cidades, considerando o fluxo de serviços, as informações, o consumo e outros recursos.[12]

As cidades constituem espaços de encontros e desencontros, consolidando-se como loci de sociabilidades e religiosidades ao longo da história. Apropriados pela população, esses espaços são transformados continuamente para atender às necessidades humanas. Entre montes e vales, as ocupações urbanas e rurais alteram a dinâmica dos ambientes onde se instalam, interferindo progressivamente no quadro natural original por meio do processo de urbanização. Paralelamente à diversidade cultural dos conjuntos urbanos — expressa em construções, costumes e modos de vida —, emergem os desafios para a preservação do patrimônio. Essas referências culturais, sejam materiais ou imateriais, interagem com cenários específicos que foram profundamente transformados pelo desenvolvimento urbano. Assim, cada cidade se torna única, salvaguardando a memória dos múltiplos tempos que compõem sua história e definem sua identidade cultural.

Pensar os rumos futuros dos municípios impõe severos desafios. Esta constatação não é recente: historicamente, não faltaram planos e projetos motivados pela busca por melhores condições de vida urbana. Contudo, do que foi idealizado, muito pouco se concretizou. Nesse processo, a participação comunitária nas tomadas de decisão foi negligenciada, operando de forma meramente figurativa. Embora gestões municipais tenham se sucedido e inúmeras leis tenham sido criadas, o ordenamento territorial sustentável mostrou-se ineficaz. O cenário atual revela aglomerações urbanas progressivamente segmentadas e desiguais — uma realidade dos grandes centros que hoje se replica em pequenas e médias

[12] Ver: Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Regiões Geográficas Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

cidades. Paralelamente, novas ocupações e parcelamentos em Áreas de Preservação Permanente (APPs) tornaram-se habituais na expansão urbana. Essa dinâmica ignora a herança cultural de gerações passadas, subestimando os esforços dos órgãos de proteção ao patrimônio. Afinal, o patrimônio cultural transcende a história local; ele engloba a diversidade dos modos de vida, a produção contemporânea e a própria identidade construída da cidade.

A necessidade de revisar as práticas e o pensamento sobre as cidades, tanto no passado quanto no presente, é fundamental para projetar o futuro das nossas *urbes*. Esse processo exige repensar os mecanismos de gestão municipal por meio da participação efetiva das comunidades locais. Apesar do descrédito generalizado da população em relação aos gestores e políticos, e a despeito dos múltiplos obstáculos existentes, a mobilização de diferentes setores e classes sociais desempenha um papel crucial. Esse movimento em prol das cidades demanda um esforço expressivo, tornando indispensável a revisão de condutas em todas as esferas, sob o princípio norteador da ética na vida coletiva. Assim, renovam-se as esperanças nas transformações viabilizadas por gestões autenticamente participativas.

Pensar as cidades é como refletir sobre portais que se abrem para os horizontes da cultura — o verdadeiro elemento de distinção entre cada espaço urbano. Cultura e educação deveriam emoldurar essas entradas, valorizando a singularidade de cada município. Afinal, a identidade de uma cidade se traduz na apropriação humana de seus componentes: casas, prédios, ruas, praças, pontes, chafarizes, cursos d’água e áreas verdes. Nesses espaços, tradição e modernidade se entrelaçam por meio de inovações tecnológicas. No entanto, o atual desenvolvimento urbano frequentemente resulta em retrocessos em vez de avanços. O principal reflexo disso é a degradação ambiental, que transformou rios, ribeirões e córregos — antes elementos paisagísticos fundamentais — em condutores de esgoto sanitário e industrial. Paralelamente, a devastação das florestas ciliares e a eliminação de nascentes persistem, evidenciando como a expansão urbana tem ampliado os problemas locais em vez de trazer os benefícios esperados.

A cidade para alguns poucos, em detrimento da maioria, é o que se revela. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, as soluções em termos de infraestrutura e equipamentos urbanos não são as mesmas. Isto vale para a capital do estado, Belo Horizonte ou para as cidades do interior, como Juiz de Fora. Basta fazer uma viagem de ônibus do centro para a periferia, para constatarmos a progressiva precariedade destes componentes nos trajetos. Abrigos de ônibus, mobiliários, áreas verdes, sinalização, abastecimento de água, dotação de eletricidade, captação de esgotos, dentre outros, demonstram as diferenças de qualidade e quantidade, no tocante a estes componentes, entre o centro e a periferia. A zona Sul geral, como demonstra Villaça, é a que recebe atenção especial, neste processo de segregação urbana. Cercas, grades e muros altos com proteção eletrônica se transformaram em lugares comuns nas nossas cidades. (Villaça, 1998) Condomínios fechados, como o próprio nome retrata, encerram em si mesmos o conceito do morar privado, com sociabilidade restrita. Parques públicos cercados e adros de igrejas murados intensificam as restrições aos espaços públicos. As cidades têm espelhado aparatos militares em um cenário de guerra. A insegurança tornou-se um negócio, com a multiplicação das lojas de segurança residencial com o apelo das 24 horas. Os Shopping Centers e os centros comerciais, estes em escala menor, instalados com seguranças armados, permitem para alguns privilegiados a sensação de tranquilidade.

A perda do sentido comunitário tornou-se uma realidade evidente, impulsionada pelo descrédito e pela desmotivação popular em relação à política, especialmente no âmbito das diretrizes urbanas. Esse cenário gera um desinteresse generalizado pela discussão participativa sobre o presente e o futuro das cidades, inviabilizando a mobilização social e o combate às desigualdades. Diante disso, cabe às administrações municipais reverter esse processo de desmobilização, priorizando os mecanismos de gestão democrática. Afinal, a ausência de participação popular deixa a gestão pública à mercê dos interesses do mercado, em detrimento das demandas dos cidadãos. Consequentemente, observa-se a degradação dos espaços públicos, que se tornam cada vez mais restritos e inseguros. Portanto, compreender essa dinâmica contemporânea — que descaracteriza a cidade como urbe e como espaço de encontros — consolidou-se como uma tarefa emergencial.

A busca por recuperar o planejamento urbano perdido tornou-se essencial diante do cenário de deterioração das cidades e das sucessivas tragédias regionais. Embora não faltem propostas históricas de planejamento, a trajetória do urbanismo revela que a maioria dessas proposições permaneceu no papel ou foi executada apenas parcialmente, abrangendo desde intervenções localizadas até novos projetos urbanos. Compreender esses itinerários exige analisar as metodologias, os fundamentos e os processos que desencadearam tais propostas. Historicamente, a formação urbana e a ocupação do território brasileiro vinculavam-se a dinâmicas de exploração e conquista colonial que devastaram as regiões afetadas. As expedições de entradas e bandeiras apropriaram-se de trilhas e picadas consolidadas pelos povos indígenas para avançar pelo interior. Estes povos originários foram dizimados pela escravidão, pelo processo de catequização e pelos confrontos armados, restando apenas as etnias que resistiram a esse massacre e permanecem ativas na atualidade. Durante o período colonial, a homogeneidade e a coerência estética, material e tecnológica das construções foram asseguradas pelas diretrizes urbanísticas rígidas estabelecidas progressivamente pela Coroa Portuguesa. Posteriormente, a transição para a República e a subsequente transferência da capital mineira, com o planejamento e a criação de Belo Horizonte, consolidaram uma ruptura intencional com esse legado colonial.

No final do século XIX, no contexto da modernização das cidades brasileiras, a modernidade anunciada, no estado, pelos engenheiros ecoava para fora de Minas Gerais. Entretanto, a falência da materialização do plano para a nova capital representou um duro golpe para a engenharia e também para as outras áreas relacionadas, como a arquitetura, dentre outras. A incompletude de Belo Horizonte, como cidade planejada, resistiu às várias tentativas de correção e de planejamento idealizadas pelos urbanistas no curso do século XX. Como cidade modelo, o que ali ocorreu teve repercussões nas cidades do interior do estado. O planejamento feito para as cidades, pelos órgãos e instituições governamentais, também não teve a sua materialização completa. Os equívocos e os erros do urbanismo e do planejamento urbano somados aos inúmeros problemas de gestão se revelam, na atualidade, com o estado de calamidade decretado em inúmeros municípios, durante o período de chuvas torrenciais, além da própria capital.

A abordagem que temos trabalhado sobre os territórios municipais envolve pensar, de maneira conjunta, a cidade que temos no presente e aquela que queremos alcançar no futuro. Essa é uma questão chave para a construção de diretrizes, com o sentido de uma crítica ao que se consolidou na improvisação, pela falta de gerenciamento. Isso para que seja desencadeada uma reflexão sobre o que se mostra inadequado e indesejável, em termos de práticas sócio-culturais e ambientais, e o que se apresenta como apropriado e desejável, por assim dizer, em termos de continuidade, considerando a identidade e a memória do lugar. Nas lembranças do passado várias cidades se interpõem nas experiências de cada pessoa, nos planos sobrepostos de tudo o que vivemos. Materialidades e imaterialidades se apresentam nas conformações dos espaços urbanos, em particular dos espaços públicos, que traduzem a qualidade dos ambientes urbanos.

Os objetivos para o desenvolvimento sustentável têm sido reiterados nesses campos, para que as cidades alcancem a inclusão, com segurança e resiliência. Isso, dentro da perspectiva colocada pela Organização das Nações Unidas para o ano de 2030[13], que inclui também uma nova agenda urbana.[14] Por esta via devem ser consideradas as apropriações sobre o território feitas ao longo do tempo, na história, por assim dizer, que revelam realidades urbanas e rurais em espaços geográficos diferenciados. E cada cidade é uma cidade única, com as especificidades marcadas nessas apropriações, que se constituíram como patrimônio cultural e ambiental. O passado se insere no presente, nos vários tempos compostos, e o futuro se projeta como uma possibilidade de rever o que foi feito em prol da coletividade. Os caminhos para pensar o planejamento municipal perpassam esses pressupostos para os desafios que se inserem na gestão pública de cada cidade.

A busca da requalificação ambiental e cultural das nossas cidades é algo primordial. E isso implica termos conhecimentos diversos e integrados para as soluções, que envolvem uma visão de continuidade administrativa e planejamento. A multidisciplinaridade é o que move as iniciativas nesse sentido, com a

[13] Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 21 abr. 2025.
[14] Disponível em: https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

consideração de conhecimentos especializados de diversas áreas do conhecimento humano, bem como dos saberes locais e das práticas comunitárias. E pensar o município na sua totalidade e a relação com os municípios do entorno é essencial, o que implica considerar a inserção municipal em uma região de planejamento.

A renovação das esperanças por um futuro melhor para as gerações que virão além daquelas que persistem é o que motiva. E um futuro assentado em políticas públicas construídas de modo coletivo, que considerem a proteção da memória e do patrimônio cultural e ambiental dos municípios. Por esta via, busca-se a requalificação sócio-urbanística pela conservação das áreas florestadas e o reflorestamento das que foram suprimidas, pela despoluição dos cursos d'água e a preservação daqueles ainda em condições adequadas, dentre outros.

Os resultados das atividades de pesquisa com interface na extensão têm sido divulgados através das redes sociais como o Instagram e o Youtube.[15] A partir deste ano organizamos o acervo produzido no núcleo composto por planos e projetos, além de artigos e apresentações feitas na assistência técnica aos municípios.[16] Com todas as dificuldades, o papel da universidade pública surge aqui em uma via de mão dupla, com as ações de pesquisa e extensão desencadeadas, com trabalhos de campo e em acervos, e as repercussões para o ensino. Ao mesmo tempo que levamos o conhecimento relacionado às áreas de saber envolvidas, trazemos para a sala de aula experiências distintas, de saberes e conhecimentos locais e regionais. A renovação das esperanças se insere no apoio técnico da universidade por um futuro melhor para as gerações que virão, além daquelas que persistem, o que motiva o empenho para a consolidação desse processo. O futuro projetado em políticas públicas construídas de modo coletivo, que considerem a proteção da memória e do patrimônio cultural e ambiental da cidade, com a sua requalificação urbanística. Através dos instrumentos de gestão municipal formulados e discutidos em audiência pública, se vislumbra alcançar os objetivos de um planejamento, dentro dos caminhos possíveis para a requalificação

---

[15] Disponível em: https://www.instagram.com/urbanismo.mg/. Acesso em: 14 abr. 2025. E ver também: Disponível em: https://www.youtube.com/@urbanismomg. Acesso em: 14 abr. 2025.

[16] Ver: Urbanismo.mg Memória. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/16QX7HnqgrQ2742RscGqBdgRLH9HH5eX3?usp=sharing. Acesso em: 14 abr. 2026.

municipal. Com isso, poder olhar para o passado e poder refletir sobre o que foi feito, sobre o que não deveria ter sido feito e sobre o que temos por fazer para a requalificação necessária. Nesse sentido, temos ressaltado a emergência do planejamento voltado para questões ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas, para um futuro melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acesso igual aos benefícios e oportunidades que as cidades oferecem.

Vale ressaltar que as cidades e os seus múltiplos problemas apresentam grandes desafios para as administrações municipais. Nas lembranças do passado, várias realidades urbanas se interpõem nas experiências de cada pessoa, nos planos sobrepostos de tudo o que vivemos. E cada localidade é única, com as especificidades marcadas por apropriações que se constituíram como patrimônio cultural e ambiental. O passado se insere no presente, em vários tempos compostos, e o futuro se projeta como uma possibilidade de rever o que foi feito em prol da coletividade. Na verdade, o que existe no presente e o que se deseja alcançar no amanhã colocam o desafio da crítica ao que se consolidou por meio da improvisação, devido à falta de uma gestão participativa. As barreiras para a superação desses problemas persistem e são numerosas, e os caminhos viáveis continuam a ser explorados. As perspectivas de valorização dos espaços públicos inserem-se como prioridade, considerando os diversos interesses em jogo.

A interação entre docentes e discentes nestes trabalhos tem gerado uma formação acadêmica única. Ela ampliou a visão das realidades locais e levou experiências práticas para a sala de aula. A via de mão dupla foi possível na interface da pesquisa com a extensão. A integração da mídia com redes sociais como Facebook, Instagram e YouTube tem sido muito usada no ambiente virtual. E isso tem ampliado as possibilidades de participação. Os conteúdos alcançados têm sido incorporados aos documentos e disponibilizados nos portais virtuais. A apresentação de resultados parciais e finais permitiu assegurar a continuidade da interação com a comunidade. E vale dizer que, ainda em 2010, a disseminação das redes sociais amenizou as dificuldades para os encontros presenciais. Mesmo assim, o uso dessas ferramentas não acabou com as relações presenciais. Elas apenas mudaram para um formato híbrido, que junta o presencial e o remoto. Em

atividades mais recentes, a criação de formulários Google foi importante para discussões sobre problemas locais e até mesmo gerais no nível municipal. As respostas recolhidas *online*, somadas às discussões presenciais, foram incluídas nos relatórios técnicos que fundamentaram as propostas.

Na atualidade, os trabalhos ocorrem de forma presencial e remota. Essa mistura trouxe desafios físicos, mas também gerou análises técnicas e comunitárias úteis para debater problemas urbanos, rurais e regionais. Os ambientes híbridos têm viabilizado a participação direta das comunidades afetadas e a interação com o público externo. Desse modo, análises comparativas entre a realidade local e outros contextos têm sido implementadas. De maneira geral, o objetivo principal foi propiciar um rumo para a reversão do processo de degradação urbanística - causado pela falta de instrumentos de gestão no nível municipal, expansões desqualificadas, verticalização incipiente e inadequada, perda de referenciais culturais e ambientais, devastação de áreas verdes e poluição das águas, aumento de veículos motorizados individuais e impermeabilização generalizada dos espaços públicos, entre outros inconvenientes. Além disso, as atividades buscaram realçar a importância da elaboração de planos e projetos, em várias escalas, para transformações voltadas à renovação sem perda de resiliência, identidade, inclusão, acessibilidade e segurança.

Vale ressaltar que o conjunto de leis vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal seria suficiente para a conservação dos territórios sob a perspectiva do patrimônio urbano. Contudo, o que se revela na gestão municipal é uma grande dificuldade em materializar as diretrizes implícitas nesses documentos legais, bem como a incapacidade de monitorar as ocupações urbanas e rurais. Soma-se a isso a compreensão distorcida do papel dos instrumentos jurídicos na configuração sustentável do território e a visão equivocada de que os parâmetros legais se aplicam apenas aos "outros" — isto é, à parcela de cidadãos excluídos do direito à cidade —, e não a todos os que nela estão incluídos.

Por fim, nesse arco temporal que envolveu os trabalhos do núcleo, o apoio técnico aos municípios tem se traduzido em uma oportunidade de grande relevância para a nossa universidade, aqui representada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Ao deslocar essa instituição para as cidades, permitimos a renovação das esperanças para as gerações que vivem a realidade atual, tanto os mais novos quanto os mais velhos, bem como para aquelas que ainda virão. A base indissociável da educação superior articulada no ensino, na pesquisa e na extensão tem sido aplicada, o que tem sido presenciado nos cotidianos municipais. E é isso o que temos feito nessa busca incessante por caminhos: caminhos para pensar a requalificação urbanística com a participação das comunidades. É o que nos move no momento.

Referências

Alexander, Christopher. *Une expérience d'urbanisme démocratique*. Paris: L'Université d'Oregon. Paris, Éditions de Seuil, 1976.

Bloch, Marc. *Introdução à História.* Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1976, título original “Apologie pour l’histoire ou Métier d’historien” 1941.

Brasil. *Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

Brasil. *Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Bacias e divisões hidrográficas do Brasil.* Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101854. Acesso em 30 abr. 2026.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Regiões Geográficas Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

Calvino, Italo. *Le città invisibili.* Torino: Letteratura italiana Einaudi, 1972. Disponível em: https://tehne.com/assets/i/upload/library/calvino_italo_le_citta_invisibili.pdf. Acesso em 30 abr. 2026.

Choay, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, título original “L’Urbanisme: Utopies et Réalités, Une Anthologie", 1965.

Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1970.

Gehl, Jan. *Life between cities: Using Public Space.* 6th ed. Washington, D.C.: Island Press, 2011. Disponível em: https://cus.ubt-uni.net/wp-content/uploads/2024/11/Jan-Gehl-Life-Between-Buildings_-Using-Public-Space-2011-Island-Press.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 1a edição 1936.

Lefebvre, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Documentos, 1969, título original "Le droit à la ville", 1968.

Leme, Maria Cristina da Silva (Org.) *Urbanismo e Política no Brasil dos anos 1960.* São Paulo: Annablume. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003140616. Acesso em: 19 abr. 2026.

Lima, Fabio Jose Martins de. (Org.). *Caderno de Planejamento Municipal: São João Nepomuceno/MG.* **2025-2035.** São João Nepomuceno: Universidade Federal de Juiz de Fora/Prefeitura Municipal de São João Nepomucen, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/107nXAHbZ6AvDrFDyw27sGOcWDIfFbSVV/view?usp=sharing. Acesso em: 19 abr. 2026.

Lima, Fabio Jose Martins de. (Org.). *Relatório Técnico sobre o Patrimônio Cultural e Ambiental no Município de São João Nepomuceno/MG.* São João Nepomuceno: Urbanismo.mg/UFJF, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/107nXAHbZ6AvDrFDyw27sGOcWDIfFbSVV/view?usp=sharin. Acesso em: 19 abr. 2026.

Lima, Fabio Jose Martins de. *Urbanismo em Minas Gerais: Itinerários Pelas Cidades !!!* Juiz de Fora: UFJF, 2020. Defesa de Memorial, por meio remoto, apresentada à Comissão de Avaliação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a Promoção à Classe - E da Carreira Docente (Professor Titular). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1v_l5tUGRM3CTNRKVHv7YIZz_RWtTJtXN/view?usp=drive_link. Acesso em: 7 abr. 2026.

Lima, Fabio Jose Martins de. *Urban Planning Journeys: Digital media and participation, the case of Minas Gerais, Brasil.* In: Marino, Mina Di and Teräväinen, Helena. Architecture as Human Interface. Helsinki: Aalto University, 2012. The 4th Symposium of Architectural Research in Finland – The 4th International Conference on Architectural Competitions. Disponível em: https://shop.aalto.fi/media/attachments/9e167/Architecture_as_human_interface.pdf. Acesso em 19 de abr. 2026.

More, Thomas. *Utopia.* São Paulo: Martins Fontes, 1999, título original "Utopia", 1516.

ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS*, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 19 abr. 2026.

ONU. *Nova Agenda Urbana - NAU,* 2016. Disponível em: https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

Rossi, Aldo. *A Arquitetura da Cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1995, título original L' Architettura Della Città.

URBANISMOMG. *Perfil. (2024a) São João Nepomuceno.* Instagram: @Urbanismo.mg. Disponível em: https://www.instagram.com/urbanismo.mg/. Acesso em: 19 abr. 2026.

URBANISMOMG. *Página (2024b). Youtube.* São João Nepomuceno. Disponível em: https://www.youtube.com/@urbanismomg. Acesso em: 19 abr. 2026.

URBANISMOMG. (2024c). *Relatórios.* São João Nepomuceno. https://drive.google.com/drive/folders/1JvVsAw42AkIAuDLstz4_av5ALYfAqGvC

Tafuri, Manfredo. *Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo.* Lisboa: Editorial Presença, 1985, título original “Progetto e Utopia”.

Villaça, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 1998.

Zucconi, Guido. *La città contesa: dagli ingegneri sanitari agli urbanisti: (1885-1942).* Milano: Jaca Book, 1989.